

LUAN VINICIUS BERNARDELLI
(ORGANIZADOR)

ECONOMIA:

Mercado e relações de trabalho

LUAN VINICIUS BERNARDELLI
(ORGANIZADOR)

ECONOMIA:

Mercado e relações de trabalho



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^o Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^o Dr^a Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^o Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^o Dr^a Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^o Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^o Dr^a Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^o Dr^a Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^o Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^o Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^o Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^o Dr^a Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Economia: mercado e relações de trabalho

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Maiara Ferreira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Luan Vinicius Bernadelli

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E19 Economia: mercado e relações de trabalho / Organizador
Luan Vinicius Bernadelli. – Ponta Grossa - PR: Atena,
2022.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-258-0279-4
DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.794222405>

1. Economia. I. Bernadelli, Luan Vinicius (Organizador).
II. Título.

CDD 330

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A coleção “Organização Economia: Mercado e relações de trabalho” é uma obra que tem como objetivo principal o debate científico por meio de trabalhos diversos que compõem seus capítulos. O volume abordará de forma categorizada e interdisciplinar trabalhos, pesquisas, relatos de casos revisões e ensaios empíricos que transitam nos vários caminhos das organizações e da economia.

O objetivo central foi apresentar de forma categorizada e clara estudos desenvolvidos em diversas instituições de ensino e pesquisa do país. Em todos esses trabalhos, a linha geral foi o estudo de aspectos empresariais ligados às organizações e à economia.

Diversos temas importantes são, deste modo, debatidos aqui com a proposta de fundamentar o conhecimento de acadêmicos, mestres e todos aqueles que de alguma forma se interessam pelo estudo das organizações e da economia. São trabalhos que se empenham em mostrar o papel da sustentabilidade empresarial nas organizações, com ênfase no mercado e suas relações de trabalho.

Dessa forma, a organização deste livro não está pautada sob um critério único, dado a diversidade de temas e métodos que são apresentados. Neste livro, o leitor poderá contemplar 16 capítulos que debatem o mercado e as relações de trabalho.

Possuir um material que retrate o comportamento do mercado de trabalho e o perfil empresarial das organizações é essencial no atual contexto econômico e financeiro, onde há uma intensa modificação no perfil tanto das empresas, quanto dos profissionais. Tratam-se de temas atuais e de interesse direto da sociedade.

Deste modo a obra “Organização Economia: Mercado e relações de trabalho” apresenta uma teoria bem fundamentada nos resultados práticos obtidos pelos diversos professores e acadêmicos que arduamente desenvolveram seus trabalhos que aqui serão apresentados de maneira concisa e didática. Sabe-se o quanto importante é a divulgação científica, por isso evidencia-se também a estrutura da Atena Editora capaz de oferecer uma plataforma consolidada e confiável para estes pesquisadores exporem e divulguem seus resultados.

Luan Vinicius Bernardelli

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

O MERCADO DE TRABALHO NA PERSPECTIVA DA TEORIA PÓS-KEYNESIANA: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Gabriel Cavalcante de Sousa

Juliano Vargas

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7942224051>

CAPÍTULO 2..... 16

ASPECTOS QUE INFLUYEN EN EL CIERRE TEMPRANO DE NEGOCIOS EMERGENTES EN LA LOCALIDAD DE ESCÁRCEGA

María del Carmen Gómez Camal

Felix Alejandra Luna Medina

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7942224052>

CAPÍTULO 3..... 25

AUDITORIA PRIVADA NO SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL DA EMPRESA LOCALIZADA NO MEIO RURAL E URBANO

Domingos Benedetti Rodrigues

Natóia Vatuzi Loose

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7942224053>

CAPÍTULO 4..... 39

PERFIL Y DIAGNOSTICO SITUACIONAL DE LAS INSTITUCIONES DE MICROFINANCIAMIENTO

Marco Vinicio Juño Delgado

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7942224054>

CAPÍTULO 5..... 50

SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL E A RELEVÂNCIA DA ECONOMIA CIRCULAR NO PÓS-PANDEMIA

Michele Lins Aracaty e Silva

Leonardo Marcelo dos Reis Braule Pinto

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7942224055>

CAPÍTULO 6..... 67

ENDIVIDAMENTO DO SERVIDOR PÚBLICO: UM ESTUDO DE CASO DENTRE OS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE MANAUS

Danilo Jordanus Sousa Pereira

Fabiana Lucena Oliveira

Sonia Araujo Nascimento

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7942224056>

CAPÍTULO 7..... 79

REGULACIÓN DE LAS FORMAS DE TRABAJO COERCITIVO EN LA MINERÍA MEXICANA,

DURANTE EL PERIODO NOVOHISPANO

Elías Gaona Rivera

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7942224057>

CAPÍTULO 8..... 100

PESQUISA DE MARKETING: UM ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA VAREJISTA DE HORTIFRUTIGRANJEIROS

Aline Silva Fortes Utpadel

Geneci da Silva Ribeiro Rocha

Paloma de Mattos Fagundes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7942224058>

CAPÍTULO 9..... 117

COMÉRCIO INTERNACIONAL E ECONOMIA CIRCULAR: PERSPETIVAS E DESAFIOS

Raquel Susana da Costa Pereira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7942224059>

CAPÍTULO 10..... 136

DISCURSO MODERNIZADOR E CONFLITOS SOCIAIS: O SETOR AÇUCAREIRO PERNAMBUCANO NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Élcia de Torres Bandeira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.79422240510>

CAPÍTULO 11..... 148

O PROFISSIONAL DIGITAL, UMA NECESSIDADE DO NOVO MODELO DE ECONOMIA: COMO SUPERAR ESSE GAP?

Antônio Cardoso da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.79422240511>

CAPÍTULO 12..... 157

ONGS E POLÍTICAS PÚBLICAS: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE A EXPERIÊNCIA DA CECOR NA IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE AGROECOLOGIA NO MUNICÍPIO DE SERRA TALHADA

Maria Clotilde Meirelles Ribeiro

Rita de Cássia Mendes dos Santos Menezes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.79422240512>

CAPÍTULO 13..... 169

A EMERGÊNCIA DE NOVOS TERRITÓRIOS DA MODA ÍNTIMA NO SERTÃO NOROESTE DO CEARÁ: UM ESTUDO DE FRECHEIRINHA

Milvane Regina Eustáquia Gomes Vasconcelos

Virgínia Célia Cavalcante De Holanda

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.79422240513>

CAPÍTULO 14..... 179

REFLEXÕES ACERCA DA SUSTENTABILIDADE SINDICAL NA SOCIEDADE

TECNOLÓGICA

Raquel Hochmann de Freitas

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.79422240514>

CAPÍTULO 15..... 192

INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO: UMA REFLEXÃO
NECESSÁRIA SOBRE A EFETIVIDADE DE IMPLEMENTAÇÃO

Uonis Raasch Pagel

Jaqueline Carolino

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.79422240515>

CAPÍTULO 16..... 205

A SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA PÚBLICA DO MERCADO DE CAPITAIS EM
MOÇAMBIQUE: SEUS DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO SISTEMA FINANCEIRO
INTERNACIONAL

Camila Álvaro Mussa Napuanha

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.79422240516>

SOBRE O ORGANIZADOR..... 220

ÍNDICE REMISSIVO..... 221

ONGS E POLÍTICAS PÚBLICAS: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE A EXPERIÊNCIA DA CECOR NA IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE AGROECOLOGIA NO MUNICÍPIO DE SERRA TALHADA

Data de aceite: 02/05/2022

Data de submissão: 08/04/2022

Maria Clotilde Meirelles Ribeiro

Universidade Federal do Vale de São Francisco
(UNIVASF)

Petrolina - Pernambuco

<http://lattes.cnpq.br/8170006685313309>

Rita de Cássia Mendes dos Santos Menezes

Centro de Ensino Superior do Vale do São
Francisco (CESVASF)

Belém do São Francisco - Pernambuco

<http://lattes.cnpq.br/9008034080992523>

RESUMO: O paper tem cunho exploratório e busca entender aspectos da implementação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) conduzida pela organização não governamental (ONG) denominada CECOR, no município de Serra Talhada/PE. Com abordagem qualitativa, realiza entrevistas diretas não estruturadas junto a três informantes qualificados, conhecedores do contexto tanto externo, quanto da própria organização. Fundamentado em autores contemporâneos da literatura que compõem o marco teórico, o estudo aponta os principais elementos constituintes e as preocupações centrais da gestão das políticas públicas, destacando o papel das ONGs no suporte à condução dessa implementação. Traz à baila a polêmica atual sobre a agroecologia, frente à agricultura moderna, fundamentada na ciência e tecnologia, e, por fim, discute os

achados encontrados na pesquisa. Aqui se aborda o estágio da implantação do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO) e as problemáticas enfrentadas pela CECOR, bem como suas perspectivas locais futuras, além dos possíveis benefícios dela advindos, na percepção dos entrevistados. Os resultados denotam uma gestão incipiente da implantação do plano em foco, com participantes ideologizados na perspectiva de terem na agroecologia a solução para a segurança alimentar planetária e os problemas advindos da agricultura moderna.

PALAVRAS-CHAVE: Política pública de Agroecologia; Terceiro Setor; PLANAPO; PNAPO; região Nordeste.

NGOS AND PUBLIC POLICIES: AN EXPLORATORY STUDY ON CECOR'S EXPERIENCE IN THE IMPLEMENTATION OF THE AGROECOLOGY POLICY IN THE MUNICIPALITY OF SERRA TALHADA

ABSTRACT: The study brings an exploratory study that seeks to understand aspects of the implementation of the Brazilian agroecology public policy of and organic production (PNAPO) conducted by the non-governmental organization (NGO) called CECOR in Serra Talhada, municipality of Pernambuco, northeast region of Brazil. With a qualitative approach, it conducts direct unstructured interviews with three qualified informants who are familiar with the external context and the organization itself. Based on contemporary authors of the literature that make up the theoretical framework adopted by the

study, it points out the main constituent elements and the central concerns of the management of agroecology public policies, highlighting the role of NGOs in supporting these processes. It brings to light the current debate on agroecology, toward the the modern agriculture, based on science and technology, and discusses the findings from the research. It includes, firstly, the understanding of the agroecology in the interviewees’s point of view, the current stage of the implementation of the National Plan for Agroecology and Organic Production (PLANAPO) and the problems faced by it in the target municipality, as well as its future local perspectives, and the possible benefits derived from it in the interviewees’ focused, with participants ideologized in the perspective of having in agroecology the solution for global food security and problems arising from modern agriculture.

KEYWORDS: Agroecology Public Policy;Third sector; PLANAPO; PNAPO; Brazilian Northeast region.

1 | INTRODUÇÃO

O termo política pública é definido de múltiplas formas, mas ainda que sob diferentes retóricas, abrange sempre a tripla vertente de “o que fazer”, “como fazer”, e, principalmente, “aonde chegar”, pois é nesse último eixo que se apoiam os dois anteriores, visto que só se pensa em fazer algo e de que forma fazer, se há um interesse específico a se alcançar com essa ação. A impossibilidade do Estado, porém, prover soluções para as tantas problemáticas sociais, por meio da concepção e implantação de políticas públicas, deixa lacunas de grande envergadura e leva ao crescimento de iniciativas surgidas do seio da sociedade civil voltadas ao interesse público. Estas compõem o chamado “terceiro setor”, cujas estruturas passaram a ser denominadas, pela Organização das Nações Unidas (ONU), de organizações não governamentais, ou ONG’s, referindo-se a toda organização da sociedade civil sem vínculo com governos.

Esse trabalho objetivou explorar aspectos atuais da implantação do PLANAPO no município de Serra Talhada, conduzida pelo Centro de Educação Comunitário Rural (CECOR). A CECOR é uma ONG voltada à agricultura familiar e fundada em 1992 por um grupo de agricultores familiares e lideranças sindicais do Sertão de Pernambuco. O PLANAPO é um dos principais instrumentos da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo), lançada pelo governo brasileiro em 2012, com a edição do Decreto 7.794, de 20 de agosto daquele ano.

De natureza indutiva e abordagem qualitativa, a pesquisa de cunho exploratório realizou entrevistas não estruturadas junto a três informantes qualificados, buscando entender a percepção dos atores na implantação do PLANAPO em Serra Talhada, quanto aos seguintes aspectos: o conceito de agroecologia frente à agricultura moderna; o estágio da implantação do PLANAPO; e as perspectivas futuras de melhorias, tanto para renda do produtor, quanto para as questões ambientais e humanas em geral.

O marco teórico da pesquisa adotou autores contemporâneos de prestígio nacional

(PALUDO 2016; PEDROSO, 2017; BAIARDI, 2018; CANUTO, 2011) nos focos de políticas públicas, terceiro setor e agroecologia. No caso dessa última temática, visto o interesse no enriquecimento do estudo e o polêmico debate sobre a mesma, foram selecionados autores que defendam posições antagônicas frente à questão.

O texto se desenvolve em quatro tópicos, além dessa introdução. Os dois primeiros trazem uma breve revisão de literatura sobre os conceitos centrais e o terceiro discute os resultados das entrevistas, com considerações dos autores frente aos achados obtidos. Como toda pesquisa exploratória, esta tem limitações e não pretende trazer generalizações, porém abre espaço para muitos estudos futuros que aprofundem a temática.

2 I POLÍTICAS PÚBLICAS E ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

A compreensão da temática de políticas públicas pode decorrer de distintas abordagens, desde aquela de caráter estadocêntrica, passando por um enfoque de cunho elitista, oposto à primeira, visto que aqui se considera que a elite deve se sobressair à massa, simplesmente porque possui a capacidade de fazer coalizões e influenciar decisão da cúpula, até uma abordagem de essência pluralista, e mesmo de base multicêntrica. Em qualquer uma dessas formas de conceber o termo, toda política pública abará sempre processos, decisões e ações para alocação de recursos, além de atores distintos e esforços envidados pelo governo no interesse de promover mudanças em uma determinada realidade. No rol de intentos inclui-se a promoção do desenvolvimento, o atendimento de a necessidades públicas e a efetivação dos direitos da sociedade. O ciclo das políticas públicas explica como ela é concebida, escolhida, executada e avaliada. Para Rodrigues (2010), o modelo de ciclos dessas políticas pode ser visto como dividindo-as em etapas, desde a preparação da decisão política, da agenda *setting*, a formulação, a implementação, o monitoramento e a avaliação dos resultados. A etapa de implementação/execução coloca em prática a política pública, onde se inclui o planejamento e a organização do aparelho administrativo, além dos recursos que serão utilizados. É nela onde são deflagradas as dificuldades, obstáculos, e, muitas vezes também a resistência ao processo.

A amplitude do esforço material, tecnológico e humano/gestor necessários para atuar na promoção do ciclo das políticas públicas, inabilita amiúde o Estado a assumir ações para solucionar demandas e necessidades crescentes das sociedades. É essa impossibilidade do Estado que levou ao crescimento de iniciativas surgidas da sociedade civil voltadas ao interesse público, as quais vieram compor o terceiro setor, cujas estruturas, foram denominadas pela ONU, de organizações não governamentais, ou ONG's.

As organizações do terceiro setor apresentam aspectos distintos das organizações públicas e privadas, tanto no que concerne à sua forma de atuação, com caráter assistencialista e voluntariado sem visar ao lucro, quanto no que tange à obtenção de recursos financeiros, e, conseqüentemente, na imperatividade de apresentar de forma

transparente suas ações à sociedade e seus parceiros, como nota Nunes (2017). Os recursos financeiros dessas organizações são obtidos, na maioria dos casos, por meio de doações, subvenções ou contratos, ou pelo próprio usuário, que “pode financiar uma parcela dos gastos dos serviços prestados que são destinados ao financiamento de projetos, prestação de serviços e realização de pesquisa”, consoante Melo (2017), resgatando Hudson (1999). Assim, as características das organizações do terceiro setor se consubstanciam em modelos de gestão peculiares, onde não obstante as funções gerenciais básicas da administração, nos seus pilares de planejar, organizar, liderar e controlar estejam também presentes, a liderança passa a ser um fator crítico de sucesso e exerce um papel sobremaneira vital a essas organizações.

3 | AGRICULTURA MODERNA VERSUS AGROECOLOGIA: O DEBATE ATUAL

É sabido que o uso não racional e desenfreado dos recursos naturais nos processos produtivos industriais das últimas décadas desencadeou criticidades ambientais jamais imaginadas. É daí que nasce a preocupação com o que veio a ser denominado “sustentabilidade”, conceito que evoluiu para um entendimento holístico, abarcando múltiplas dimensões. Passou-se a perseguir, assim, uma agricultura mais sustentável, visando a uma passagem paulatina de um formato intensivo da agricultura moderna para um padrão tecnológico que absorvesse menor quantidade de insumos agroindustriais e provocassem menos externalidades negativas ao ambiente. Destarte, no mundo todo, foram intensificadas pesquisas sobre métodos de produção que “fossem capazes de reduzir o uso de recursos naturais, de insumos industrializados e o consumo de energia fóssil”. Pedroso (2017, p.49;51), argumenta que tais pesquisas representam um aprimoramento da agricultura moderna, buscando estabelecer “um melhor manejo de recursos naturais e a montagem de uma agricultura que seja, principalmente, “eco eficiente”, suavizando os impactos ambientais da atividade econômica”. O grande equívoco é que muitos pesquisadores rotulam tais iniciativas como “transição para a agroecologia”, quando, de fato, significam “apenas um esforço para “esverdear” (*greening*) os formatos tecnológicos”.

Para os defensores da agroecologia, ela é uma ciência avançada, a produtividade nos seus sistemas se dá devido a fatores sob outra lógica, e os sistemas agroecológicos são economicamente viáveis, pois possuem baixos custos ambientais e de produção, já que seus “insumos” principais são a fotossíntese e o trabalho humano. Produz-se assim uma dialética com as visões dos que advogam a favor e contra uma agricultura “agroecológica”. Nesse rol encontra-se Canuto (2011, p.2), que argumenta que a agroecologia corresponde a “uma nova ética política, à retomada de uma economia com rosto humano, o respeito pelo planeta, a convivência harmônica entre homem e natureza”, indicando que a ideologia é a força deste tipo de agricultura, que promove mudança e construção de outras formas de pensar. Norder et al (2016) acrescentam a dimensão política governamental à agroecologia,

que para Silva Neto (2013) é um modo de vida, ideologia e utopia.

Tantas definições sobre a agroecologia tem causado na literatura uma polissemia e críticas diante do entendimento do que realmente ela é. Alertando para a equivocada visão dos seus “defensores”, Pedrosa (2017, p.50) aponta que a associação criada por profissionais e estudantes que deu origem à denominada Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), apresenta-se institucionalmente como uma organização que vem realizando e apoiando ações dedicadas à construção do conhecimento agroecológico, e que entende agroecologia como ciência, movimento político e prática social, conforme consta no seu estatuto (art. 2º, §1º). Ora, como esta poderia ser, ao mesmo tempo, ciência, movimento político e prática social? A autora argumenta que essa afirmação se desmonta já de princípio, quando se verifica a contradição de que por definição, “Política” representa interesses particularistas, ao contrário de “ciência”, que é essencialmente universalista. Complementa, ainda, que a agroecologia não tem mostrado sinais de ser algo parecido com “ciência”, o que é compactuado por muitos outros (BAIARDI, 2018; NAVARRO, 2013). Conclui que a agroecologia se configura “um movimento político, liderado por organizações não governamentais, que contestam a agricultura moderna”.

Os cientistas que compõem uma linha crítica de pensamento à agroecologia como possibilidade de mudança de paradigma da agricultura, e como solução para as externalidades ambientais e suprimento alimentar mundial, reconhecem a necessidade de uma agricultura que atue com menos externalidades negativas ambientais e advogam que é a falta de acesso à tecnologia que mais tem influenciado a persistência da pobreza rural no Brasil. Não resta dúvida de que o setor agropecuário é cada vez mais intensivo em tecnologia, respondendo por quase 70% da sua composição já há mais de uma década (IBGE, 2012). Fator este que é representado pelo acesso à ciência, às técnicas agrícolas e à modernização do processo produtivo. Alves et al. (2012) mostram que, ao considerar uma função de produção na moderna agricultura brasileira, um aumento na renda bruta de 100% pode ser explicado por 68% dos insumos tecnológicos, 9% da terra e 23% do trabalho. Enfatizam contudo, que a definição do Estado para a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica¹ configura-se na linha de um pensamento neo obscurantista, ao afirmar que seu objetivo é:

(...) integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da *transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica*, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis. <grifo nosso>

O panorama mostra que, ainda que se reconheça que é preciso reduzir os impactos ambientais da atividade agrícola, é indubitável a necessidade de um padrão de agricultura moderna e produtiva, na qual a tecnologia é crucial, tanto para enfrentar a complexidade

¹ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm. Acesso em 17.09.2018

do setor e propiciar ganho de competitividade para garantir crescimento e permanência das unidades produtivas nos mercados, quanto para atender às demandas dos mercados na perspectiva da segurança alimentar mundial. É inegável que o que vem sendo rotulado como “agroecologia” pode trazer benefícios, porém, apenas em situações bem delimitadas, voltadas para interesses de escala restrita, tais como experiências de paisagismo de pequeno porte ou hortas comunitárias de pequenos produtores não tecnificados, como mostram experiências de sistemas agroecológicos desenvolvidas nos últimos anos, sem negar os benefícios de redução das externalidades negativas ao ambiente que tais práticas promovem, na pequena escala de sua adoção.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

No seu *site* institucional a CECOR apresenta-se como “referência” em desenvolvimento e implantação de experiências exitosas voltadas para a convivência com o Semiárido, tendo como base a Agroecologia”. Indica que desenvolve ações integradas nos três eixos temáticos da “Convivência com o Semiárido”, onde inclui a questão da “Segurança Alimentar”, o “Acesso ao Mercado” e “Gênero e Juventude”. Acrescenta que a Agroecologia é o princípio básico da sua metodologia, e que suas ações cobrem da capacitação à sistematização de resultados da implantação de suas experiências.

No entanto, apesar da sua missão e da declaração de visão de futuro, a questão formulada aos entrevistados, quanto ao significado da agroecologia, recebeu respostas confusas e contraditórias, denotando inconsistência do conceito na percepção desses defensores da agroecologia. Nas entrevistas realizadas junto aos informantes qualificados que vêm participando da atuação da CECOR, buscou-se, inicialmente, identificar o entendimento destes por agroecologia e produção orgânica. Um deles afirmou:

...na minha visão a agroecologia é um processo que envolve uma dinâmica que não está ligada apenas à questão da produção sem agrotóxico, mas sim é todo um processo de equilíbrio de respeito à natureza, de respeito ao meio ambiente de respeito às pessoas...

Outro informante afirmou que a “Agroecologia é o processo de produção agrícola, com respeito - em harmonia - com o meio ambiente (as pessoas, o solo, a água, os animais, as plantas...)”, percepção essa consonante com Silva Neto (2013) e Norder et al (2016), dentre outros. O entrevistado diferencia o que é a agroecologia e o que é produção orgânica, explicando que “...a produção orgânica é tudo que não utiliza agroquímicos, agrotóxico e adubos, enquanto que a produção agroecológica tem toda relação com as pessoas no âmbito social, econômico e ambiental”.

Quando questionados sobre o andamento da implementação dos projetos do PLANAPO, não foi fornecida uma resposta consistente pelos entrevistados. Dois deles apontaram que trabalham com assistência técnica rural e assessoria técnica em

agroecologia, além de desenvolverem projetos de extensão, tais como projetos de acesso à água, além da formação para convivência com o Semiárido. Apenas a fala do terceiro informante esclarece:

Há o Projeto “Multiplicando Agroecologia”, e destacamos o acompanhamento técnico às famílias que participam da Feira Agroecológica de Serra Talhada (que este ano completou 18 anos), a Assistência Técnica aos agricultores e agricultoras da região através da Chamada de ATER – Agroecologia e a implantação e acompanhamento das “Unidades de Produção Agroecológica.

No Brasil, as agências oficiais de extensão rural passaram a adotar a Agroecologia como diretriz em seus projetos e linhas de ação. Atualmente as ações concretas implementadas pelo CECOR são derivadas dos projetos “Uma Terra e Duas Águas (P1+2)”, e “Pernambuco mais produtivo”, ambos destinados a implantar tecnologias de armazenamento de água, tanto para a produção como para consumo humano. O Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2) foi criado em 2007 pela Articulação Semiárido Brasileiro (ASA)², visando ampliar o estoque de água das famílias e comunidades rurais, para suprir necessidades dos plantios e das criações animais. A ASA ressalta:

Para ser cada vez mais plena, a proposta de convivência com o Semiárido se pauta também em preceitos, valores e práticas da Agroecologia, da Economia Popular e Solidária, da Educação Contextualizada, da Comunicação Popular, da Segurança Alimentar e Nutricional entre outras temáticas.

Já o programa Pernambuco Mais Produtivo é desenvolvido via parcerias da Secretaria de Agricultura Familiar (SEAF) e Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (ProRural) do Governo do Estado de Pernambuco, com apoio da ASA. Nas regiões do Araripe e São Francisco, o programa é executado através de parceria entre a Diaconia e a ONG CAATINGA.

Apesar de apontarem os projetos desenvolvidos, os entrevistados não deixam claro quais são as ações de cunho agroecológico e como elas estão sendo implementadas. Relatam que o principal desafio é a redução de recursos para investir nos projetos, e que outro desafio é a estiagem. Enfatizam que a atual gestão do governo fez uma “redução drástica no orçamento dos recursos públicos para os projetos socioambientais”, e que a falta de políticas integradas para fortalecer essas ações, torna impossível a ampliação dessas. Acrescentam ainda a falta de ATER para os programas implantados, e se queixam que os projetos se encerram com a implantação da tecnologia, não garantindo assistência técnica posterior”. Na visão de um informante, “a principal dificuldade é a redução e até extinção de recursos para contratação de profissionais para equipes, seja pela redução dos recursos da cooperação internacional ou pela atual conjuntura política que o país atravessa”.

2 A ASA é uma “rede que defende, propaga e põe em prática, inclusive através de políticas públicas, o projeto político da convivência com o Semiárido”. É formada por mais de três mil organizações da sociedade civil de distintas naturezas – sindicatos rurais, associações de agricultores e agricultoras, cooperativas, ONG’s, Oscip, etc.”. Fonte www.asa.org.br. Acesso em 20.set 2018.

É inquestionável que as políticas públicas são um mecanismo de busca de melhoria nas condições do campo. Entretanto, Pedroso (2017) destaca que vem ocorrendo uma bifurcação dessas políticas, pois se manteve um eixo, supostamente para os agricultores patronais, sediado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, onde também foram mantidas as políticas de fiscalização agropecuária e de registro de agrotóxicos, e o segundo eixo que foi sediado no antigo Ministério do Desenvolvimento Agrário e destinado aos pequenos produtores (equivocadamente “camponeses”). Alerta que isso acarreta mais empobrecimento do pequeno agricultor, deixando-o sem acesso ao crédito, à tecnologia e aos novos conhecimentos.

Focalizando a questão dos resultados dos projetos implementados pela CECOR, um dos entrevistados afirmou que não há identificação e mensuração formal deles, mas que na sua opinião, de maneira geral eles são positivos:

“A gente não tem resultados sistematizados, o que a gente tem é nossa visão, nossa escuta aos agricultores que são acompanhados; então a gente observa que as famílias cujos agricultores têm participado das ações desenvolvidas pela CECOR, ou por outras organizações do mesmo campo, têm recebido menos o impacto da seca de 2012; as familiares que recebem as técnicas que são desenvolvidas e trabalhadas na comunidade vêm conseguindo trabalhar e viver melhor do que as famílias que ainda não tiveram uma assistência técnica mais sistemática. É o que a gente percebe.”

Outro entrevistado afirmou que, devido às restritas condições financeiras propiciadas pelo governo a essa ONG para atuação no projeto, não é possível medir os impactos alcançados por ele. O que se consegue fazer é o monitoramento durante a implantação do projeto, havendo documentos internos mantidos que servem para a realização de diagnósticos e relatórios de análise de eficiência. Ao ser questionado sobre resultados obtidos, um dos entrevistados mostra dados gerados pelos programas p1+2 e Pernambuco mais produtivo: “Cerca de 90% da população rural tem tecnologias de captação de água de chuva/potável para o consumo humano e 30% delas contam também com tecnologias de armazenamento de água para produção”. A fala do segundo entrevistado, expressa a sua percepção do que seriam os resultados obtidos:

“...as famílias com a água de qualidade para o consumo humano, para produção de alimentos e para consumo dos animais, aumento da renda das famílias através da produção agroecológica e através do mel de abelha, um alimento mais saudável que as pessoas produzem. O principal objetivo é para alimentação e depois, as famílias vendem o excedente. Outro ponto é a questão da água, que as mulheres, ou os que são os responsáveis pela casa, tinham que se locomover em grandes distâncias para pegar. Hoje a família que consegue fazer a gestão legal tem água em casa para o consumo. Enfim, são esses os resultados que conseguimos ver com mais clareza – né ? E a própria organização das comunidades através das associações, participação em espaços como conselhos de desenvolvimento do município e a própria ciência ambiental e ecológica da família. Talvez seja um resultado meio que abstrato que se percebe em pequenas atitudes, que as famílias que

receberam apoio do CECOR podem demonstrar”.

Não obstante o indicativo do entrevistado de que os agricultores tiveram melhoria na qualidade de vida, sua fala mostra que “são dados abstratos”. Sobre as perspectivas futuras dos projetos, no que tange aos aspectos ambientais, de renda e humano, a fala do primeiro entrevistado mostra uma visão positiva de curto sobre a implantação de novas tecnologias no meio rural, considerando que facilitam a convivência com o Semiárido:

“A expectativa é que em um futuro próximo, todas as famílias da zona rural possam ter acesso a essas tecnologias que tornam mais fácil a convivência no Semiárido, garantindo a sua autonomia, sustentabilidade e soberania alimentar e nutricional, e gerando renda com comercialização de produtos saudáveis excedentes da produção das famílias. Além disso, vai dar mais qualidade de vida para o agricultor, que está desenvolvendo uma agricultura com base na agroecologia, sendo sustentável e respeitando o meio em que vivem”.

As perspectivas do segundo entrevistado são semelhantes às do anterior, mencionando melhoria da qualidade de vida, ampliação do número de tecnologias disponibilizadas aos produtores e novas ações no âmbito do projeto. Na sua fala, destaca-se a visão do aspecto ambiental:

“Com relação às questões ambientais, que as pessoas cada dia possam estar mais preocupadas com o meio ambiente, com a necessidade de preservar o meio ambiente, com o pensamento agroecológico, porque você não é dono do meio, mas você é um indivíduo do meio, se você danifica o meio ambiente você também se danifica, porque você é um componente do meio ambiente; É preciso despertar a necessidade de cuidar dos recursos naturais, cuidar daquilo que lhe dá o sustento e aí cuidar para ter um sustento realmente de forma sustentável, pensando no hoje e no amanhã, a curto, médio e a longo prazo. Isso é nossa perspectiva”.

As ideias dos entrevistados mostram-se em consonância com Canuto (2017), que em seu estudo propõe o desenho de agroecossistemas sustentáveis para melhorar a qualidade de vida das famílias e comunidades, vislumbrando os custos de implantação dos agro ecossistemas, e projetando a quantidade e qualidade da produção, bem como o potencial da renda a ser obtida. Navarro (2017) alerta a urgência por iniciativas no sentido de “separar o joio do trigo”, afirmando ser necessário realizar esforços “sérios e consequentes”, para desenvolver uma boa ciência, que possa oferecer em escala crescente as saídas tecnológicas (mas viáveis economicamente), o que permitiria aos agricultores, moradores nos estabelecimentos de menor porte, produzir com produtividade e lucratividade e, ainda, preservar a sua capacidade produtiva.

Na última questão foi indagada a opinião do entrevistado sobre a possibilidade da Agroecologia atuar no problema de segurança alimentar mundial. Haveria ou não a possibilidade de, com base nos princípios da Agroecologia, a agricultura prover alimentação para toda a população do planeta que hoje já é de 7 BILHÕES de pessoas e cuja previsão

mundial da ONU é de chegar a 11,2 Bilhões até 2100?. Um dos entrevistados acredita que “a Agroecologia é uma estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional para o Brasil e para o Planeta”, mas entende que “são necessárias Políticas voltadas para seu fortalecimento e consolidação”.

Navarro (2013) denuncia que diversos editais, políticas e publicações nacionais também “tentam” mostrar que a segurança alimentar pode ser garantida a partir da agroecologia. Exemplifica com o “Marco referencial em agroecologia” publicado pela Embrapa em 2006, que afirma que a agroecologia se concretiza quando garante a segurança alimentar, a sustentabilidade econômica, dentre outros aspectos.

[...] demarcar um novo foco de necessidades humanas, qual seja, o de orientar a agricultura à sustentabilidade, no seu sentido multidimensional. Num sentido mais amplo, ela se concretiza quando, simultaneamente, cumpre com os ditames da sustentabilidade econômica [...], ecológica [...], social (inclusão das populações mais pobres e segurança alimentar), cultural (respeito às culturas tradicionais), política (organização para a mudança e participação nas decisões) e ética (valores morais transcendentais) (EMBRAPA, 2006, p. 22- 23).

Para o autor, o documento do marco teórico acima é uma tentativa política de evitar a fragmentação, conseqüente à existência das diversas escolas de agricultura ecológica, o que produz uma imagem falsa de unidade sobre concepções sobre a transformação ecológica dos sistemas agrícolas.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gestão das organizações do terceiro setor é uma temática complexa e ampla, com muitas questões ainda em aberto. É desafiador gerir uma organização do terceiro setor que não tem finalidade lucrativa, pois oferece serviços de caráter público, sem deter recursos públicos e exige habilidades e competências diferenciadas. As questões investigativas formuladas aos três entrevistados, buscaram conhecer, inicialmente, a percepção do conceito de agroecologia, na visão dos atores que vêm atuando junto ao CECOR na implantação das ações do PLANAPO no município de Serra Talhada. Além dessa questão perceptual, buscou-se levantar aspectos da gestão da ONG, situação dos projetos, resultados mensurados, controles e indicadores de desempenho adotados, além de possíveis benefícios advindos, dificuldades e perspectivas futuras das ações. A análise revelou uma gestão frágil, com caráter predominantemente tático e operacional, mostrando, não obstante também, que o CECOR vem contribuindo para a geração de renda e permanência dos agricultores do Pajeú nas suas comunidades.

Investigar o significado do termo agroecologia nos atores atuantes em uma organização que afirma trabalhar com os princípios agroecológicos não foi algo evidente. Evidenciou-se no estudo que os entrevistados têm uma visão ideologizada e consideram

agroecologia como a solução para a agricultura no planeta, porém, paradoxalmente, mostram dificuldade para expressar o conteúdo desse conceito, o que reforça o pensamento crítico da agroecologia. As ações implementadas pelo CECOR parecem estar mais próximas da produção orgânica que está estabelecida pela PNAPO.

Na fala dos entrevistados, os resultados alcançados pelos projetos implementados não são registrados e nem mensurados pela ONG, sob alegação das condições financeiras propiciadas pelo PLANAPO, que não dariam suporte para essa etapa. O que isso parece denotar, é uma incipiência na gestão nos processos de implantação, o que é profundamente preocupante, já que, no ciclo da Administração, a definição de controles, a mensuração e o acompanhamento de resultados das ações são elementos cruciais para os gestores poderem tomar medidas preventivas e corretivas nos ciclos das ações. Opostamente, no CECOR os resultados são percebidos de maneira informal, a partir de relatos dos agricultores aos funcionários da ONG.

Quanto às dificuldades apontadas, as principais foram relacionadas com o aspecto financeiro, sobretudo com o corte de recursos para a implementação dos projetos, assistência técnica e contratação de pessoas. Como o PLANAPO é um instrumento de natureza pública, os recursos financeiros para a sua implantação e para as ações de acompanhamento dependem do repasse do governo.

No quadro obtido junto aos interrogados, verifica-se que suas respostas estão consonantes com defensores ferrenhos da agroecologia que atribuem a ela significados de ciência, prática agrícola e movimento social. Visão esta que vem sendo desconstruída, com base em argumentos validados na literatura contemporânea pela linha racional da ciência desideologizada. Evidencia-se assim, a necessidade de um debate mais aprofundado sobre as raízes, os objetivos e os limites da agroecologia, a fim de entender e esclarecer a temática, para que os seus adeptos façam uso do termo com convicção e compreensão do que realmente se trata. Algo não evidente de acontecer devido à ideologia criada em torno da agroecologia como solução universal para os problemas advindos da agricultura moderna.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm>. Acesso em 17.09.2018.

CANUTO, João Carlos. Agroecologia: princípios e estratégias para o desenho de agroecossistemas sustentáveis. **Revista Redes** - Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 2, maio-agosto, 2017

_____. Mitos sobre Agroecologia. **Cadernos de Agroecologia**. Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) [S.l.], v. 6, n. 2, nov. 2011. ISSN 2236-7934. Disponível em: <<http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/10816>>. Acesso em: 12 sep. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. Censo agropecuário 2012. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pam/2012/default.shtm>>. Acesso em: 19.09.2018.

ALVES, E.; SOUZA, G. S.; ROCHA, D. P. Lucratividade na agricultura. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, DF, v. 21, n. 2, p. 45-63, 2012.

BAIARDI, Amilcar. Agronomia: vicissitudes de ser ciência **Ciência e Agricultura**, SP: SBPC, 2018.

MELO, Ana Paula Santana de. **Liderança e gestão estratégica no terceiro setor : um estudo em organizações não governamentais na região metropolitana do Recife- PE**. 115 f. Dissertação. Universidade Federal Rural de Pernambuco, Pernambuco, 2017.

NAVARRO, Zander. Agroecologia: as coisas em seu lugar (A Agronomia brasileira visita a terra dos duendes). Colóquio. **Revista de Desenvolvimento Regional**. Faccat, Taquara, v.10, n.1, jan/jun 2013.

NORDER, Luiz Antonio; LAMINE, Claire; BELLON, Stephane; BRANDENBURG, Alfio. Agroecologia: polissemia, pluralismo e controvérsias. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo, v. XIX, n. 3, p. 1-20, jul.-set, 2016.

NUNES, Edilbert Simas. **Gestão do terceiro setor: dificuldades e desafios na profissionalização: um estudo de caso da organização Instituto Empreender**. 2017. 32 f. Monografia – Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2017.

PALUDO, Augustinho Vincente. **Administração pública** – 6 ed. São Paulo, Método, 2017.

PEDROSO, Maria Theresa M. Pedroso. Acesso à tecnologia: a verdadeira questão social no campo. **Ciência e Agricultura**. SP: SBPC, 2017.

RODRIGUES, Marta M. Assumpção. **Políticas públicas**. São Paulo: Publifolha, 2010.

SILVA NETO, Agroecologia, ciência e emancipação humana. **Rev. Bras. de Agroecologia**. 8(1): 3-17 (2013).

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agroindústria canavieira 136, 137, 139, 141, 142, 143, 146, 147

Análise Swot 100, 103, 109

Auditoria ambiental 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 35, 36, 37, 38

C

Comércio internacional 117, 118, 119, 120, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 131

Crédito 18, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 75, 76, 77, 78, 144, 154, 164, 183, 207

D

Desemprego 1, 3, 4, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 71, 142, 145, 153, 213

Desenvolvimento sustentável 25, 26, 27, 36, 37, 52, 53, 54, 55, 62, 65, 66, 117, 120, 129, 131, 161, 183, 192

Digital 118, 126, 128, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 190

E

Economia 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 26, 27, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 77, 78, 101, 109, 110, 117, 118, 120, 122, 124, 125, 126, 128, 129, 131, 132, 134, 137, 139, 140, 147, 148, 149, 152, 154, 160, 163, 168, 171, 172, 174, 175, 176, 196, 199, 200, 201, 203, 206, 208, 209, 210, 211, 212, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220

Economia circular 50, 51, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 117, 118, 120, 122, 124, 131, 132, 134

Economia do trabalho 1, 2, 13, 14

Educação 25, 56, 67, 68, 69, 71, 72, 76, 150, 153, 158, 163, 177, 178, 210, 211, 212, 213, 215

Endividamento 67, 68, 69, 70, 71, 72, 75, 76, 77, 205, 206, 210, 211, 213, 214, 215, 217, 218

Esclavidud de negros y repartimiento de indios 79

Escola Pós-Keynesiana 1

Espírito Santo 192, 194, 195, 197, 199, 200, 201, 202, 203

F

Financiamento 70, 76, 137, 142, 153, 160, 179, 180, 184, 189, 206, 208, 209, 210, 211, 215, 218

Formas de trabajo 79, 80, 88, 98

Frecheirinha-Ceará 169

G

Gestão empresarial 25

I

Indicações geográficas 192, 195, 198, 203, 204

K

Keynes 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15

M

Marketing 71, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 112, 114, 115, 116, 152, 194

Mercado de trabalho 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 184

Microcrédito 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 49

Mix de marketing 100, 112

Moda íntima 169, 171, 172, 173, 174, 176, 177

Modelo 8, 11, 37, 41, 42, 53, 56, 60, 61, 62, 63, 102, 117, 118, 119, 122, 123, 129, 130, 148, 149, 159, 176, 185, 186, 189, 190

Modernização 114, 136, 137, 138, 139, 144, 147, 161, 172

N

Necessidade 9, 13, 27, 28, 35, 53, 59, 60, 61, 62, 102, 104, 109, 111, 114, 120, 125, 127, 139, 143, 144, 148, 149, 155, 161, 165, 167, 186, 192, 202, 205, 209, 217, 218

Novos territórios 169, 176

P

Pequeñas empresas 24, 39

PNAPO 157, 158, 167

Política pública de agroecologia 157

Pós-pandemia 50, 51, 60, 62, 64

Profissional 25, 148, 149, 151, 152, 155, 156, 180, 183, 185

Propriedade industrial 192, 193, 194, 195, 203, 204

R

Região Nordeste 197

S

Sindicato 142, 149, 179, 180, 181, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 191

Sociedade tecnológica 179, 181, 183, 184

Sustentabilidade empresarial 50, 51, 61

Sustentabilidade sindical 179, 183, 186

T

Terceiro setor 157, 158, 159, 160, 166, 168

- 🌐 www.atenaeditora.com.br
- ✉ contato@atenaeditora.com.br
- 📷 @atenaeditora
- 📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

ECONOMIA:

Mercado e relações de trabalho



🌐 www.atenaeditora.com.br
✉ contato@atenaeditora.com.br
📷 @atenaeditora
📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

ECONOMIA:

Mercado e relações de trabalho

